



## 1.8 • Conjuntura Internacional

### O ano da Ucrânia

Livia Franco

2014 FOI O ANO DA UCRÂNIA. Para o bem e para o mal. Pela terceira vez desde a sua independência, o país tenta (re)iniciar um processo de transição democrática. As duas tentativas anteriores – depois do referendo de Dezembro de 1991 que resultou na desintegração da URSS, e após a Revolução Laranja de 2004 – serviram para os ucranianos compreenderem que a transição estava destinada a ser um desafio complexo. A localização da Ucrânia mostram bem a sua relevância geopolítica. Com laços históricos profundos com a Rússia, a Polónia e a Lituânia, foi cobiçada e dividida ao longo dos tempos por potências como os Impérios Russo, de Habsburgo e o Otomano.

Estas influências culturais diversas e experiências políticas distintas estão na base do dilema central que tem marcado a política ucraniana nos quase vinte e cinco anos de independência formal. Em termos gerais, esse dilema coloca-se nos seguintes termos: deve a Ucrânia ser um país da Europa Ocidental, procurando a plena integração nas suas instituições políticas, económicas e de segurança? Ou deve a Ucrânia manter-se na esfera de influência do Kremlin e ser parte das estruturas regionais que esta lidera? Dito de maneira mais simples: deve a Ucrânia escolher ser parte da Europa ou da Rússia? A hesitação e a dúvida ucranianas parecem estar inscritas de modo perene no topónimo do próprio país: afinal «Ucrânia» designa literalmente uma zona limítrofe, de fronteira, entre mundos diferentes.

#### Euromaidan

A eleição em 2010 de Victor Ianukovich como presidente da Ucrânia significou o reforço da opção russa, o que não impediu as autoridades de se mostrarem disponíveis para negociar acordos de associação com a União Europeia. A assinatura destes, marcada para 28 e 29 de Novembro de 2013 em Vilnius, acaba por ser suspensa a poucos dias da data estabelecida. Invocando razões de segurança nacional, Ianukovich declara, em alternativa, que vai aceitar a proposta russa de criação de uma união aduaneira entre os dois países e a Bielorrússia. A isso acresce, poucas semanas depois, o anúncio de um acordo com Moscovo para uma linha de crédito no valor de quinze mil milhões de euros, bem como a redução de um terço do preço do gás natural fornecido pela Rússia à Ucrânia.

Os ucranianos, desgastados pela crescente carestia económica e os privilégios de um governo notoriamente corrupto, decidem ir para a rua protestar. Vindos de vários sectores sociais e áreas políticas, cidadãos de todas as idades e profissões juntam-se na Praça da Independência em Kiev – rebatizada Praça Euro (*Euromaidan*). Nos dois meses que se seguem, à medida que mais manifestantes chegavam, alargava-se igualmente o leque das

reivindicações. Tendo partido do desejo de uma maior integração com a Europa, os protestos incluíam agora a exigência de uma revisão constitucional e o fim da corrupção endémica no sistema político. O descontentamento alarga-se ao resto do país, e vários edifícios governamentais são ocupados. Em meados de Fevereiro a tensão atinge o seu pico máximo, com confrontos violentos entre os manifestantes e as forças especiais da polícia (a temida *Berkut*), provocando mais de uma centena de vítimas. O ponto de não retorno tinha sido ultrapassado. Ianukovich abandona o país refugiando-se na Rússia, o parlamento ucraniano destitui do presidente e nomeia um governo interino de coligação. Estava iniciado um processo de transformação que, continuando sem fim à vista, veio em pouco mais de um ano alterar profundamente o *status quo* naquele país e naquela região.

#### A crise da Crimeia

O Ocidente assistia perplexo ao desenrolar dos acontecimentos e em Março de 2014, a sua capacidade de reação vai ser posta à prova. Em poucos dias a península da Crimeia é tomada por forças insurgentes com manifesto apoio material e humano vindo da Rússia, enquanto o parlamento regional sediado em Simferopol convoca um referendo sobre o futuro político do território. As opções no boletim de voto são simples: junção imediata à Federação Russa ou maior autonomia na Ucrânia? A 16 de Março, 96% dos votantes escolhe a primeira opção, e quatro dias mais tarde a Duma russa ratifica o acordo de anexação da península. O governo de Kiev, a União Europeia e os Estados Unidos denunciam o referendo e a anexação como sendo ilegais e inaceitáveis: a consulta não cumprira as normas internacionais em vigor, não tinha sido monitorizada por observadores independentes, a contagem dos boletins tinha sido feita à porta fechada. Duas décadas e meia depois do final da Guerra Fria, a Europa vê-se confrontada com a sua primeira grande crise geopolítica. E não é por acaso que ela ocorre na Ucrânia. O valor estratégico deste país, entalado entre uma Europa ocidental com valores e um modelo político-económico manifestos e uma Rússia que quer ser alternativa civilizacional e económica, é indelével. Além disso, na política externa de Moscovo a Ucrânia é simultaneamente uma prioridade regional e um *pivot* na sua estratégia de influência pós-soviética e de afirmação euro-asiática<sup>1</sup>.

A Crimeia sempre teve lugar de destaque entre os interesses estratégicos russos na Ucrânia. É em Sebastopol que se encontra a base da Esquadra Naval da Federação Russa do mar Negro, único acesso direto daquela potência aos mares quentes, nomeadamente ao Mediterrâneo, ao

Atlântico Sul e ao Índico. A Esquadra, desmodernizada tecnologicamente, tem uma importante função simbólica e está a sofrer um processo de reequipamento. Além disso, a presença militar russa na região materializa-se em mais uma dúzia de bases, nomeadamente da Força Aérea (como Kacha e Gvardeisk), cruciais para assegurar a capacidade de defesa antimíssil da Rússia. Desde 1991, a presença militar russa na Crimeia ficou dependente da vontade de Kiev de estender o arrendamento dessas bases, facto desconfortável para Moscovo, que sempre prezou muito a sua independência. A presença russa é também forte no mosaico étnico da península, composta por uma forte maioria de russos, cerca de 60% da população. Não admira, portanto, que a decisão tomada em 1956 por Nikita Krushchev de transferir administrativamente a Crimeia da Rússia para a Ucrânia foi vista pelos locais como um erro histórico a merecer correção. Não é por acaso que, como justificação principal da anexação, Moscovo avance com o argumento étnico, isto é, com a obrigação de proteger populações russófonas em território estrangeiro. E, contudo, a carga histórica negativa deste argumento (a Conferência de Munique de 1938 é referida à exaustão) não cai bem na comunidade internacional, que o considera ilegítimo e oportunista.

Chegara a hora de a Europa e os Estados Unidos irem além da retórica diplomática. Mas foi difícil atingir o consenso: diferentes países com diferentes interesses comerciais ou energéticos com a Rússia, com tradições diplomáticas diversas ou preocupações de segurança distintas na região, discordam nas medidas a tomar. Em consequência, a primeira leva de sanções vinda de Bruxelas traduziu-se apenas na suspensão das negociações diretas com Moscovo em matéria de parceria estratégica e de liberalização de vistos. Com a formalização da anexação da Crimeia, os vinte e oito chegam a acordo e juntam-se a Washington para avançar com o embargo de contas bancárias e a proibição de circulação na União Europeia e nos EUA de um grupo específico de russos e ucranianos considerados responsáveis. Mas seria preciso chegar o Verão e a crise transformar-se em insurgência armada no leste e no sul do país para a terceira ronda de sanções, mais duras, entrar em vigor.

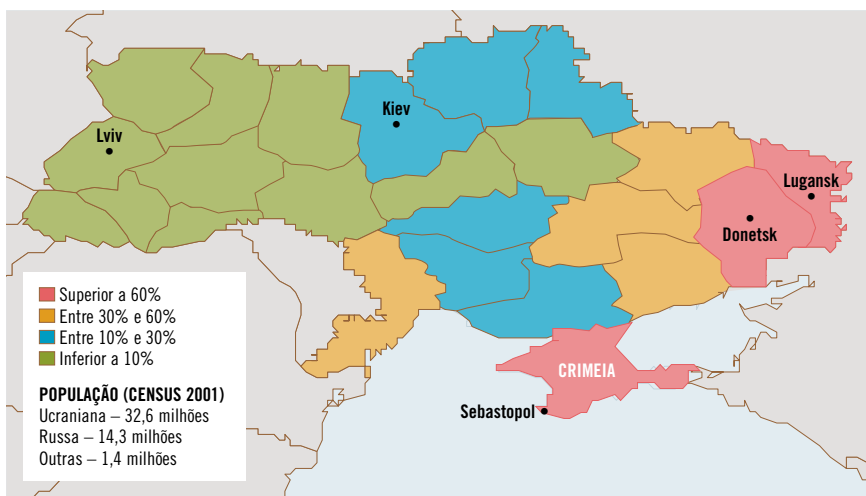
#### A insurgência separatista

Em Abril começam a proliferar novas reivindicações separatistas nas províncias (*oblast*) sul e leste da Ucrânia, bem perto da fronteira com a Federação Russa, em cidades como Donetsk, Mariupol, Lugansk, Karkiv e Odessa, cujas populações de origem russas são maioritárias. Rapidamente, a agitação dá lugar a confrontos armados entre os insurgentes e as forças ucranianas, com particu-



**A Ucrânia em contexto regional.**

Fonte: FT.



**Ucrânia: distribuição territorial de populações russófonas.**

Fonte: ukrcensus.gov.ua; FMI; Reuters; IISS.

lar vigor no Donbas (bacia do rio Donets), zona fortemente industrializada e de elevada densidade populacional. É visível o reforço da presença de militares e de material bélico russo na região, originando fortes protestos do governo ucraniano e da comunidade internacional. Moscovo desmente a intervenção direta nos confrontos, segue-se uma intensa guerra de informação que torna os ânimos ainda mais acesos. No dia 11 de Maio têm lugar novos referendos unilaterais, agora em Donetsk e Lugansk, e os separatistas declaram independência. O protesto internacional torna-se mais vocal e, conseqüentemente, Moscovo recusa os pedidos de integração das novas repúblicas separatistas. Os combates intensificam-se ao longo da primavera, entrando definitivamente na agenda internacional quando, a 17 de julho, um avião da Malasia Airlines que sobrevoava a região é abatido por um míssil terra-ar Buk, de origem russa, alegadamente disparado pelos separatistas, com as forças insurgentes a dificultar o processo de resgate. As acusações mútuas sucedem-se, os confrontos pelo controlo do aeroporto de Donetsk aumentam a violência, a situação é de quase guerra civil. Em setembro, os EUA e a União Europeia endu-rem as suas medidas de represália, alargando as

sanções a empresas petrolíferas e bancos russos. O cessar-fogo (Acordos de Minsk) assinado a 5 de setembro de 2014, sob o patrocínio da OSCE, é objeto de diferentes interpretações e, em consequência, continuamente violado até ao final do ano. Em janeiro de 2015 o total estimado de vítimas do conflito já ultrapassa as cinco mil pessoas<sup>2</sup>.

### Os grandes desafios

Como compreender o que se passa? Qual o futuro da Ucrânia? O que pretende Moscovo? Até onde podem ir Washington e Bruxelas? As respostas a estas interrogações trazem associadas uma pluralidade de desafios. Nada do que está em jogo é novo e a democratização e o estabelecimento de um Estado de Direito, bem como a reforma indispensável de uma economia com graves problemas estruturais de dependência e competitividade, foram sendo sucessivamente adiados. Acresce a isto que, à medida que os anos passavam, crescia o fosso entre uma sociedade civil que se emancipava e uma elite política fortemente permeável à corrupção por interesses internos e externos. As eleições presidenciais em Maio e as parlamentares em Outubro de 2014 vieram confirmar as expectativas de reforço da democratização e o início das reformas: Petro Poroshenko

é eleito presidente com mais de 55% dos votos e os partidos pró-Occidente asseguram uma maioria confortável na Rada. A 23 de dezembro o parlamento escolhe – por 303 votos de um total de 450 deputados – revogar o anterior estatuto de neutralidade aprovado em 2010 que impedia a adesão do país a alianças militares como a NATO. Inversamente, a nova legislação visa, de acordo com o governo de Kiev, “procurar um reforço da relação Ucrânia-NATO tendo em vista os critérios exigidos para a adesão à organização”<sup>3</sup>.

A escolha russa pela diplomacia coerciva e o apoio aos separatistas revela bem o peso e o lugar da Ucrânia na sua estratégia de influência. Diferentemente dos designados conflitos congelados (Transnístria, Abecásia, Ossétia do Sul e Nagorno-Karabakh), Moscovo optou no caso da Crimeia por avançar com a anexação e, em consequência, pelo caminho do confronto com os Estados Unidos e a União Europeia. Não é claro que esteja disposto a fazer o mesmo com as repúblicas separatistas do Leste, o que não exclui a possibilidade de estar a prosseguir uma estratégia de balcanização progressiva da Ucrânia. De qualquer modo, a opção confrontacional não está isenta de riscos. Por um lado, Putin pode ter consolidado a sua posição internamente, mas não é claro que o tenha feito a nível internacional, e é evidente que não o fez na Ucrânia. Por outro, a médio prazo as fragilidades económicas e políticas do sistema russo vão expor os limites desta política do Kremlin. A recente queda do preço do barril do petróleo e a conseqüente desvalorização do rublo são sinais disso mesmo.

Quanto ao Ocidente, continuará a apoiar as reformas democráticas e económicas entretanto iniciadas na Ucrânia e a proteger a liberdade de escolha no país e, em particular, a salvaguardar a “opção europeia”. Não obstante, tal terá de ser feito na estrita observância da independência do país soberano que a Ucrânia é. O que significa que o elemento verdadeiramente determinante neste processo só pode ser a vontade livre dos ucranianos e a sua capacidade em, de modo perene, reformar democraticamente o seu país. ■

### Notas

<sup>1</sup> CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA DA FEDERAÇÃO RUSSA, 12 de fevereiro de 2013, cap. IV, especialmente § 48 e). Ver [http://www.mid.ru/brp\\_4.nsf/0/76389FEC168189ED44257B2E0039B16D](http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/76389FEC168189ED44257B2E0039B16D).

<sup>2</sup> Tal como referido por Jeffrey Feltman, sub-secretário geral para os assuntos políticos da ONU. Ver declaração de 26 de janeiro de 2015 em <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=49911#.VMt10SwWOzML>.

<sup>3</sup> Palavras do primeiro-ministro ucraniano, no final de um encontro com o secretário-geral da NATO, a 16 de dezembro de 2014. Ver comunicado no site oficial do governo em [http://www.kmu.gov.ua/control/en/publish/article?art\\_id=247820405](http://www.kmu.gov.ua/control/en/publish/article?art_id=247820405).